

- Lenovo faz a maior aquisição internacional de uma empresa chinesa ao comprar unidade de computadores pessoais da IBM.
- Inflação e produção industrial desaceleram na China e reduzem probabilidade de nova alta nos juros.
- Trê anos da China na OMC: veja um balanço dos compromissos assumidos.
- Citigroup acelera compra de créditos irrecuperáveis com vistas na abertura de capital dos bancos chineses.

Mudanças no câmbio

Flexibilização do renminbi é parte de uma reforma monetária ampla

É crescente o número de analistas e acadêmicos que prevêem a flexibilização do regime cambial chinês para meados de 2005. Depois da alta de 27 pontos percentuais na taxa básica de juros para empréstimos de um ano (para 5,58% ao ano) no final de outubro, a expectativa é pela definição de uma faixa de flutuação para o renminbi entre 5% a 25%, rompendo com a taxa fixa de 8,28 yuan por dólar determinada em 1994.

A flexibilização cambial faz parte de um processo de reforma monetária mais ampla, cujo objetivo fundamental é alinhar lentamente o sistema monetário chinês às práticas de mercado internacional. A preocupação das autoridades chinesas é com a nova etapa de abertura do sistema bancário do país aos estrangeiros, que a partir de 2007 poderão conceder crédito e oferecer serviços em renminbi para pessoas físicas e empresas.

O mais recente componente deste processo de reforma monetária foi a liberalização das taxas de juros para os bancos, definida junto com a alta na taxa básica. Até então, bancos chineses tinham permissão para conceder empréstimos numa margem de referência definida pelo Banco do Povo da China (BC chinês). No início de 2003, esta margem foi expandida para entre -10% e + 70%. Isso significava que os bancos poderiam conceder empréstimos de um ano a uma taxa de juros entre 4,8% e 9%. Em 28 de outubro, o BC chinês eliminou as margens de empréstimos para todos os bancos, exceção feita às cooperativas de crédito rurais e urbanas. Desde então, pela primeira vez, os bancos podem definir suas próprias taxas de empréstimo.

A flexibilização monetária e a conseqüente valorização da moeda chinesa também podem fazer parte de um pacote de ajustamento doméstico para permitir melhor controle sobre a inflação, sobre o superaquecimento da economia e sobre a entrada de capitais especulativos de curto prazo. A manutenção do renminbi desvalorizado dificulta o aumento das taxas de juros e o controle, no médio prazo, dos empréstimos bancários. Em outubro, o índice de preços ao produtor chegou a 5,3%, o que implica taxas de juros reais negativas, um forte estímulo para tomada de crédito.

Por fim, a valorização da moeda chinesa atenderia a uma demanda norte-americana cada vez mais latente: a tentativa de ajuste do dólar em relação a outras moedas internacionais. Nos últimos três anos, o dólar desvalorizou-se 35% em relação ao euro e 24% em relação ao iene. Desde maio, a desvalorização acumulada da moeda americana frente as principais moedas mundiais é de 8%.

Muitos analistas esperam a flexibilização cambial para meados de 2005. É o caso dos economistas do Oxford Analytica, EIU e Deutsche Bank. Ao invés de uma taxa flutuante, a maioria acredita que será adotada uma banda de flutuação de, no máximo, 25% e uma taxa de referência que poderá ser definida a partir do dólar americano ou a partir de uma cesta de moedas. A tendência neste novo regime seria produzir uma apreciação gradual da moeda. Em Taiwan, o processo de valorização controlada durou 15 anos, tendo início em 1980 e só sendo abandonado em 1995. No caso de Cingapura, o controle sobre a valorização da moeda também foi abandonado em 1995, mas começou ainda mais cedo, em 1970.

Impacto econômico da apreciação cambial, segundo estimativas do Deutsche Bank

(em pontos percentuais, exceto quando indicado)

Indicador econômico	10% de apreciação	3% de apreciação
PIB	-0,6	-0,2
Exportações	-5,0	-1,5
Importações	5,6	1,8
Inflação ao consumidor	-0,6	-0,2
Perda de empregos	1 milhão	0,3 milhão

Fonte: Global Markets Research do Deutsche Bank

Efeito dólar

Fraqueza da moeda norte-americana promove aumento das reservas asiáticas

Na tentativa de conter a tendência de valorização de suas moedas frente ao dólar e os efeitos negativos sobre as exportações, os principais países asiáticos estão aumentando suas reservas de moeda estrangeira em ritmo mais intenso do que o normal.

Segundo dados divulgados em 2 de dezembro, as reservas da Coreia do Sul foram incrementadas em US\$ 14,2 bilhões, para um recorde de US\$ 192,6 bilhões em novembro. Trata-se do maior salto mensal da história. Segundo o Banco Central sul-coreano, a compra acima da média visa conter a alta do won, que já acumula dez semanas de valorização consecutiva em relação ao dólar.

Em Taiwan, as reservas registraram aumento pelo 41º mês consecutivo, para US\$ 239 bilhões até novembro. Nas últimas nove semanas, o dólar taiwanês registrou valorização de 5,6% em relação ao dólar americano. Como resultado, as exportações da ilha cresceram em outubro no menor ritmo dos últimos nove meses.

Na China, as reservas internacionais registraram um salto de US\$ 18 bilhões em setembro na comparação com agosto, o maior aumento mensal da história. Neste ano, as reservas vinham crescendo num ritmo próximo a US\$ 12 bilhões ao mês.

Apesar da compra crescente de moeda estrangeira, o dólar americano não está se valorizando, o que eleva a especulação de que os bancos centrais asiáticos estejam comprando euros e aumentando a diversificação de suas carteiras. O BC chinês, no entanto, não divulga suas aquisições de moedas estrangeiras.

Segundo newsletter do Citigroup de 26/11/2004, Yu Yongding, membro do Comitê de Política Monetária, afirmou que o Banco Central chinês já começou a reduzir seus ativos em dólar para evitar o impacto negativo da desvalorização da moeda sobre suas reservas. Segundo Yu, as reservas chinesas teriam US\$ 180 bilhões em títulos do tesouro norte-americano, ou 35% do total.

O jornal *The Liberty Times*, de Taipei, publicou matéria em que alertava para a tendência de venda de títulos do tesouro americano pelo Banco Central taiwanês na tentativa de diversificar suas reservas. No dia 04 de dezembro, o BC negou publicamente que estivesse vendendo ativos em dólar. De qualquer forma, a notícia levou a moeda norte-americana a um novo recorde contra o euro, que chegou a US\$ 1,3460. Em 30 de setembro, Taiwan tinha US\$ 57,4 bilhões em títulos do tesouro dos Estados Unidos.

Evolução das reservas em moeda estrangeira

	2000	2001	2002	2003	2004
Japão	356	396	462	664	822*
China	168	218	295	412	537
Taiwan	111	126	166	207	241
Coréia do Sul	96	102	121	155	195
Cingapura	80	75	82	95	103

Fonte: EIU

Em azul: estimativas

* Até setembro

Evolução das reservas internacionais da China

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
415	426	439	449	458	470	482	496	514

Fonte: Banco Central da China

Fim do aperto monetário?

Inflação e produção industrial em desaceleração diminuem probabilidade de nova alta nos juros

As chances de nova alta na taxa básica de juros estão se tornando mais remotas na China graças à desaceleração no ritmo de crescimento da inflação e da produção industrial. Em novembro, o índice de preços ao consumidor ficou em 2,8%, a menor taxa em nove meses. No mês anterior, o IPC fora de 4,3%.

A redução no ímpeto inflacionário deve-se aos alimentos, que desde o final de 2003 vinham sendo o principal componente da aceleração nos preços na China. Em setembro, os alimentos registraram inflação de 13%, depois reduzida para 10% em outubro e 5,9% em novembro. Já o índice que exclui alimentos e é mais suscetível às altas nos juros manteve-se relativamente estável em novembro, com alta de 1,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado, contra 1,3% em outubro.

Também em novembro, a produção industrial cresceu no ritmo mais lento dos últimos 18 meses. O índice foi de 14,8% em novembro na comparação com o mesmo período do ano passado, contra expansão de 15,7% registrada em outubro. Os produtos que registraram desaceleração mais expressiva na produção foram aço, carvão e veículos de passeio. A produção de aço cresceu 21,2% em novembro em termos anuais, contra 25,4% em outubro. No caso da produção de carvão, o crescimento foi de 12,9% em novembro, contra 16,3% em outubro.

Índice de Preços ao Consumidor na China em 2004

(%, base anual)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
3,2	2,1	3,0	3,8	4,4	5,0	5,3	5,3	5,2	4,3	2,8

Fonte: Economist Intelligence Unit

Internacionalização chinesa

Empresa chinesa compra unidade de computadores da IBM

Líder em vendas na Ásia (exceção ao Japão), a chinesa Lenovo tornou-se a terceira maior fabricante mundial de computadores pessoais ao comprar a unidade de PCs da IBM, em um negócio que totalizou US\$ 1,75 bilhão. Trata-se da maior aquisição internacional feita por uma empresa chinesa.

A Lenovo, que até o ano passado levava a marca "Legend", é uma empresa de capital privado, criada por jovens empreendedores chineses poucos anos depois do início das reformas econômicas promovidas por Deng Xiaoping. A compra faz parte do processo de internacionalização da empresa, que atualmente ocupa espaço inexpressivo nos Estados Unidos e Europa. Na China, a Lenovo detém 27% do mercado, ao passo que na Ásia (excluindo o Japão) a fatia é de 12,6%.

Com a aquisição, a Lenovo torna-se a terceira maior fabricante de PCs do mundo, atrás da Dell e Hewlett-Packard, com respectivamente 18% e 16,1% de participação no mercado mundial. Segundo declarações do presidente da companhia, Yang Yuanqing, o objetivo da Lenovo é tornar-se líder mundial, competindo diretamente com a Dell.

Como parte da estratégia de expansão global e de conquista da confiança de consumidores e fornecedores ocidentais, a Lenovo irá nomear Stephen Ward, vice-presidente-sênior da IBM, para o posto de principal executivo da empresa e transferirá seu escritório central para Nova York. Segundo o *Financial Times*, a empresa deve entrar no mercado norte-americano dentro de um ano. Até agora, suas ações são negociadas na Bolsa de Hong Kong.

Com a compra, o faturamento da Lenovo deve passar de US\$ 2,6 bilhões anuais para US\$ 12 bilhões. Os chineses terão permissão para utilizar a marca IBM por cinco anos e ganharam o controle da marca da família de laptops "Think Pad". IBM e Lenovo também definiram parcerias no fornecimento de produtos e serviços. A IBM terá preferência no fornecimento de serviços e financiamento aos clientes da Lenovo, e a empresa chinesa será a principal fornecedora de produtos para os clientes corporativos da IBM.

Segundo o *Financial Times*, antes da aquisição da Lenovo, as fusões e aquisições feitas por empresas chinesas no exterior somaram US\$ 8 bilhões nos últimos quatro anos. Neste período, a aquisição mais importante foi feita pela TCL, fabricante de produtos eletrônicos que comprou, em 2003, a francesa Thomson, produtora de televisores. No mesmo ano, a TCL formou uma *joint-venture* com a Alcatel para fabricar telefones celulares.

Ainda é cedo para saber se a compra do segmento de PCs da IBM representa uma tendência de aquisições de grandes marcas por empresas chinesas. Estatais chinesas estão se movimentando intensamente em busca de parcerias, aquisições e novos projetos em diferentes partes do mundo. Trata-se de componente fundamental do processo de internacionalização de empresas e capital chineses, que, embora incipiente, é cada vez mais visível.

Leia mais:

Financial Times, 08/12/2004 (para assinantes)

<http://news.ft.com/cms/s/dcd05bc4-48c8-11d9-9162-0000e2511c8.html>

Financial Times, 08/12/2004 (para assinantes)

<http://news.ft.com/cms/s/df1697ba-4911-11d9-81c7-0000e2511c8.html>

The New York Times, 03/12/2004

<http://www.nytimes.com/2004/12/04/technolog/04computer.html?adxnml=1&oref=login&adxnmlx=1102447842-EBY2IHB9z1w317fRmDZvSA>

Fim das cotas

China promete conter exportações de têxteis em 2005

O Ministério do Comércio da China anunciou na segunda-feira, dia 13/12, que vai impor tarifas sobre as exportações de produtos têxteis a partir de 1º de janeiro de 2005, quando expira o acordo da OMC que permite aos países impor cotas de importação. O anúncio é uma tentativa de evitar restrições por parte de Estados Unidos e União Européia, que estão estudando a imposição de limites às respectivas importação de têxteis chineses depois do fim das cotas. Com o término do acordo de cotas, a expectativa é de que os produtos chineses ganhem espaço no mercado internacional de maneira agressiva.

O governo chinês não deu detalhes sobre o valor das alíquotas, mas adiantou que, entre as medidas a introduzir, adiará seus planos de expansão industrial, incentivará investimentos no exterior e estimulará a exportação de produtos de maior valor agregado relativo e de marcas chinesas. Segundo o Ministério do Comércio, as tarifas serão calculadas pela quantidade de peças, e não pelo preço unitário.

De acordo com o *Financial Times*, a indústria manufatureira nos Estados Unidos reagiu de maneira cética à proposta chinesa de fazer uma “transição suave” no sistema de cotas. O ponto crítico, dizem os produtores norte-americanos, é que a competição passará a ser pelos produtos de maior valor agregado.

O jornal britânico diz ainda que as tarifas chinesas visam conter os efeitos negativos do fim das cotas dentro da própria China. Empresas estatais estariam enfrentando dificuldades em função da competição com empresas privadas mais eficientes, o que estaria promovendo aumento no desemprego e fechamento de antigas indústrias.

A China respondeu por 17% do comércio internacional de roupas e têxteis em 2003, mas a OMC prevê que esta fatia irá aumentar para 50% três anos após o fim do sistema de cotas.

Leia mais:

The Economist, 11/11/2004

http://www.economist.com/displaystory.cfm?story_id=3375500

Financial Times, 13/12/2004 (para assinantes)

<http://news.ft.com/cms/s/56fbc358-4cf6-11d9-b3be-00000e2511c8.html>

China deve ser o terceiro asiático a entrar para o BID

Interessada em participar de obras de infra-estrutura na América Latina, a China deve candidatar-se a membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano que vem. Segundo o *Valor Econômico* de 06/12/2004, a China deverá comprar metade da participação da Bósnia no BID, que já declarou não ter interesse em continuar no banco.

A entrada na instituição é necessária para que o país possa participar de licitações de contratos financiados pelo BID na América Latina. Mas só pode ser formalizada depois que os chineses saldarem suas dívidas com o Banco Mundial, uma vez que um país não pode ser credor de uma instituição multilateral (como seria no BID) e devedor ao mesmo tempo.

A primeira metade da fatia da Bósnia deverá ser comprada pela Coréia do Sul, cuja entrada oficial na instituição está prevista para a próxima reunião anual do BID, entre 14 e 16 de abril de 2005. Com a adesão, a Coréia do Sul se tornará o segundo país asiático a fazer parte do banco, antecedida apenas pelo Japão. Além dos países da América Latina e dos Estados Unidos, 19 países fora das Américas também fazem parte do BID.

Íntegra da matéria (para assinantes)

<http://www.valoronline.com.br/veconomico/?show=index&mat=2733109&edicao=987>

Bancos estrangeiros podem negociar na moeda local em Pequim

Desde 30 de novembro, os bancos estrangeiros instalados na China ganharam autorização para oferecer serviços corporativos em moeda local em cinco novas cidades: Pequim, Kunming, Xiamen, Xi'an e Shenyang. As duas últimas cidades foram abertas um ano antes do cronograma acordado na Organização Mundial do Comércio (OMC). As novas adesões elevam para 18 o número de cidades em que bancos estrangeiros podem conceder empréstimos para empresas em renminbi.

A crescente abertura à participação de instituições estrangeiras no mercado nacional faz parte do programa de adaptação da China às regras da OMC. Por ocasião de seu ingresso na organização, em dezembro de 2001, a China definiu um cronograma de cinco anos de duração para a ampliação gradual dos serviços prestados por bancos estrangeiros e da base geográfica para instalação de suas agências.

A China começou a permitir negócios em moeda local há um ano, mas ainda restringe os serviços em renminbi para pessoas físicas. E mesmo os serviços oferecidos por operadoras estrangeiras a pessoas jurídicas são limitados em quantidade de serviços disponíveis e em extensão geográfica.

Em declarações publicadas pelo *China Daily*, o presidente da Comissão de Regulação Bancária da China (CBRC), Liu Mingkang, afirma que a chegada dos bancos estrangeiros é positiva para o mercado corporativo, uma vez que foram lançados mais de cem novos produtos no mercado, três vezes mais do que os bancos locais ofereciam.

Segundo Liu, Xi'an (no centro do país) e Shenyang (no nordeste) tiveram sua abertura antecipada em um ano na tentativa de promover o crescimento econômico das respectivas regiões. A medida é consistente com as campanhas governamentais de desenvolvimento da região oeste (programa "Go West", lançado em 2001) e de estímulos à recuperação econômica da região nordeste, lançado em 2003.

No final de outubro, havia 204 bancos estrangeiros representados na China, com um total de US\$ 66,7 bilhões em ativos, segundo o *China Daily*. O número é 41% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Desse total, 61 bancos possuem licenças para prestar serviços em renminbi para empresas chinesas. Apesar de representarem apenas 1,8% do total de ativos bancários na China, os bancos estrangeiros já respondem por 18% do mercado de empréstimos corporativos em moedas estrangeiras.

Citigroup aumenta participação nos créditos irrecuperáveis dos bancos chineses

O Citigroup está se tornando o grupo financeiro mais agressivo na compra de créditos irrecuperáveis (*non-performing loans*, NPLs) dos bancos chineses. No começo de novembro, o grupo anunciou que vai pagar US\$ 108 milhões por 16,4% do Silver Grant International Industries of Hong Kong, um grupo de investimentos que atua em Hong Kong e na China continental.

Com a compra, o Citigroup será o segundo maior acionista do grupo, atrás apenas da China Cinda Asset Management, a maior das quatro grandes gestoras de recursos criadas pelo governo chinês para gerir os créditos irrecuperáveis que forem retirados dos bancos estatais. Silver Grant já anunciou que utilizará os recursos injetados pelo Citigroup na compra de NPLs.

Para o Economist Intelligence Unit, o Citigroup utiliza a compra de NPLs como estratégia para entrar no mercado chinês por meio dos quatro grandes bancos estatais. A Cinda, provável sócia do Citigroup no Silver Grant International Industries of Hong Kong, foi formada em 1999 para acolher os NPLs do Banco da Construção da China. A parceria com a Cinda poderia, assim, aumentar as chances de o Citigroup se tornar um investidor no Banco da Construção, que deve abrir capital em 2005.

Em outro sinal de forte interesse nos créditos dos bancos chineses, em 8 de novembro o Citigroup anunciou que recebeu aprovação regulatória para completar a compra de NPLs equivalentes a US\$ 133 milhões da China Huarong Asset Management, a segunda maior gestora de NPLs. Os pacotes são parte de um leilão de US\$ 3 bilhões realizado em dezembro de 2003, do qual participaram também Goldman Sachs, Morgan Stanley e outros bancos estrangeiros.

Dez meses depois, no entanto, somente a fatia arrematada pelo Citigroup obteve aprovação regulatória. Segundo análise do Economist Intelligence Unit, a liberação mais ágil conseguida pelo Citibank sugere que outras compras deverão ser feitas em breve. Nos próximos meses, o grupo espera obter aprovação do Great Wall Asset Management para a concretização de US\$ 242 milhões em NPLs leiloados em maio.

Artigo especial

A implementação dos compromissos assumidos pela China na OMC *

Adriana Dantas Fonseca e Ana Luiza Ferreira¹

No último dia 11 de dezembro, a China completou três anos como Membro da Organização Mundial de Comércio (OMC). O ingresso na OMC implicou processo de reforma legislativa com o objetivo de liberalizar a economia chinesa, concedendo maior transparência e previsibilidade para a realização de investimentos externos. Nesse contexto, o presente artigo apresenta um panorama geral do processo de implementação, pela China, dos principais compromissos assumidos perante a OMC.

Entre as principais medidas adotadas em 2004, destacam-se a *Regulamentação de Empresas com Capital Estrangeiro* e as *Medidas para a Administração de Investimento Estrangeiro no Setor Comercial*, estas que desde 11 de dezembro, estendem os direitos de distribuição a todas as empresas de capital estrangeiro devidamente registradas. Não menos importante, a nova *Lei de Comércio Exterior* foi editada em 1º de julho e eliminou a exigência de aprovação prévia para que empresas e indivíduos possam usufruir direitos de importar e exportar, mantendo em vigor apenas a necessidade de se registrarem perante as autoridades competentes.

Não obstante, o processo de implementação dos compromissos assumidos na OMC ainda está longe de ser concluído. Muitos compromissos importantes continuam pendentes, e o ramo da propriedade intelectual é o exemplo mais proeminente. A falta de uma efetiva punição às violações dos direitos de propriedade intelectual persiste como elemento problemático.

Quanto ao comércio agrícola, a China se comprometeu a reformar seu sistema de quotas tarifárias a fim de mantê-lo em conformidade com a OMC. Entretanto, apesar da maior previsibilidade na alocação de quotas, os problemas permanecem, principalmente quanto à transparência e conformidade aos padrões internacionais, além da metodologia de cobrança do imposto sobre valor agregado - especialmente sobre as importações de milho, soja e trigo.

Outro exemplo das dificuldades na implementação, pela China, das normas já existentes é o setor de construção. Apesar de regulamentações terem sido editadas em 2002, com o intuito de abrir referido setor à participação de subsidiárias integrais estrangeiras, problemas na implementação surgiram em 2003, levando a resultados pouco perceptíveis. Exigências rígidas de capitalização, a desconsideração de normas que qualifiquem empresas estrangeiras de engenharia e construção, bem como a falta de regulamentação mais precisa têm prejudicado a abertura do setor.

Nesse contexto, o reconhecimento da China como economia de mercado traduz-se em questão polêmica, a qual merece o devido destaque em artigo próprio. Além do Brasil, outros 15 países já o fizeram, entre eles a Austrália, Nova Zelândia e Canadá, cabendo à China cumprir com os compromissos assumidos em troca de tal reconhecimento.

Ante o exposto, a reforma na regulamentação de diversos setores da economia chinesa deve continuar e, em termos gerais, conclui-se que o quadro normativo para o comércio e investimento na China apresenta melhorias bastante significativas. Ressalte-se, porém, que uma lacuna considerável ainda permanece quanto à implementação das normas já existentes e à sobreposição de competências na via administrativa, principalmente no tocante às áreas de maior interesse brasileiro, como agricultura, serviços e investimento estrangeiro direto.

* **Versão resumida. Leia íntegra do artigo no site do CEBC**

http://www.cebc.org.br/analise_new05.jsp

¹As autoras são advogadas do Grupo de Prática de Comércio Internacional de Trench, Rossi e Watanabe Advogados, escritório associado a Baker & McKenzie e membro fundador do Conselho Empresarial Brasil-China.

Carta da China

A **Carta da China** é uma publicação quinzenal elaborada pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados pela **Carta da China** não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC. A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim
Isabela Nogueira

Projeto gráfico

Casa do Cliente

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br